



FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CANOAGEM

Processo disciplinar n.º 02/2013

Arguido: [REDACTED]

ACÓRDÃO

Acordam os membros que constituem o Conselho de Disciplina da Federação Portuguesa de Canoagem:

1. Relatório

No dia 19 de Abril de 2013, o Conselho de Disciplina (CD) da Federação Portuguesa de Canoagem (FPC) determinou a instauração de procedimento disciplinar ao atleta [REDACTED], com fundamento em factos ocorridos a 16 de Março de 2013 no Campeonato Regional de Fundo – Norte, realizado em Alpendurada.

Como instrutor, foi nomeado Senhor Dr. Sérgio Agostinho Ferreira.

O arguido foi notificado da instauração do procedimento disciplinar a 8 de Maio de 2013.

No dia 29 de Maio de 2013, o arguido foi notificado da nota de culpa, imputando-lhe o Sr. Instrutor a prática de infracção disciplinar, por violação do disposto na alínea g), do ponto 10.1 do Anexo I do RD, conjugado com o disposto nos pontos 3.4, alínea e), e 5.4.2 do mesmo RD, infracção essa de especial gravidade e punível com sanção de 1 a 3 meses de suspensão de toda a actividade desportiva ou de 1 a 5 provas.

No dia 14 de Junho de 2013, o arguido apresentou a sua defesa (fls. 37 a 39), invocando, em suma, o seguinte:

- i) *“O atleta é um jovem que tem ao longo da sua carreira desportiva, quer ao serviço do Clube Náutico de Ponte de Lima, quer ao serviço da selecção nacional demonstrado um comportamento correto e um espírito de humildade para com os responsáveis, quer do clube, quer da federação.” (ponto 1 da defesa);*
- ii) *“No dia 16 de março participou de facto no campeonato regional de fundo em Alpendurada.” (ponto 2 da defesa);*
- iii) *“A quando da largada a realizar na prova, o árbitro declarou que o atleta infringiu as regras da largada, o que motivou a sua desclassificação.” (ponto 3 da defesa);*



FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CANOAGEM

- iv) *"Não obstante não é usual ocorrerem desclassificações, principalmente nestes escalões mais jovens" (ponto 5 da defesa);*
- v) *"Por ser algo de tão raro de acontecer em qualquer competição (apesar de os factos serem recorrentes na maioria das provas), o atleta sentiu-se injustiçado, e com uma atitude que é de reprovar, ignorou as ordens do árbitro" (ponto 6 da defesa);*
- vi) *"De facto o atleta tardou em sair do campo de regatas, incumprindo assim as ordens directas do árbitro" (ponto 7 da defesa);*
- vii) *"Nega-se no entanto que estejam em causa os mais basilares da verdade e éticas desportivas. De facto não está em causa qualquer tentativa de adulterar os resultados das provas" (ponto 8 da defesa);*
- viii) *"O que está em causa é uma atitude de revolta em resultado de um sentimento de injustiça, que ultrapassou os limites do razoável, caindo por isso no campo da infracção disciplinar" (ponto 10 da defesa);*
- ix) *"O que está em causa é por si exactamente a infracção disciplinar, que se reconhece, ainda que leve" (ponto 11 da defesa);*
- x) *"Assim, reconhece-se que houve um comportamento menos adequado a quando da desclassificação da prova, que deve ser enquadrado à luz das normas disciplinares aplicáveis";*
- xi) *"Nega-se peremptoriamente qualquer dos danos causado ao prestígio e ao bom nome da canoagem, como se nega qualquer violação dos princípios da verdade e da ética desportiva, factos que foram carregados para a nota de culpa, sem qualquer fundamentação, e mesmo sem qualquer aderência com a realidade".*

Com a defesa, o arguido não arrolou qualquer testemunha nem requereu a realização de qualquer diligência.

No dia 23 de Julho de 2013, o Sr. Instrutor elaborou relatório final e proposta de decisão, considerando, a final, provada a prática pelo arguido da infracção disciplinar prevista na alínea g) do ponto 10.1 do Anexo I do RD ("Não observar as ordens ou instruções recebidas dos técnicos ou outra autoridade desportiva, no exercício das suas funções"); infracção essa que considera revestir especial gravidade, nos termos da leitura conjugada com o disposto pelos pontos 3.4, alínea e), e 5.4.2 do mesmo RD. Ponderadas as diversas circunstâncias, o Sr. Instrutor propõe a aplicação ao arguido de pena de 1 (um) mês de suspensão de toda a actividade desportiva, com execução suspensa até final da época desportiva de 2014.



FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CANOAGEM

2. Matéria de facto provada

1. O arguido [REDACTED] é atleta de canoagem e portador da licença federativa n.º [REDACTED]
2. Integra os quadros do Clube [REDACTED]
3. Na presente época, o arguido compete no escalão de juniores.
4. No dia 16 de Março de 2013, o arguido participou no Campeonato Regional de Fundo – Norte, realizado em Alpendurada.
5. Depois de ter sido advertido duas vezes pela equipa de arbitragem presente na largada para que respeitasse as regras de partida para a competição, o arguido foi desclassificado pelos árbitros presentes na largada [REDACTED]
6. Na base da desclassificação estiveram motivos de ordem técnico-regulamentar previstos, entre outros, no ponto 30 do Regulamento Geral de Competições.
7. Em acto contínuo à desclassificação imposta, a equipa de arbitragem deu ordem ao arguido para abandonar o campo de regatas de modo a que a competição retomasse o seu normal decurso.
8. Não obstante as ordens recebidas, o arguido recusou-se a abandonar o campo de regatas.
9. Interpelado novamente pelo árbitro [REDACTED] para desimpedir o campo de regatas, o arguido disse que não saía do rio e que ninguém o impedia de fazer o que bem quisesse.
10. Instantes depois, já na companhia do outro atleta entretanto desclassificado, [REDACTED] o arguido dirigiu-se novamente ao árbitro [REDACTED], dizendo-lhe que ia treinar, reiterando deste modo o boicote ao início da regata de que havia sido desclassificado.
11. Dito isto, o arguido ocupou o campo de regatas durante cinco minutos, recreando-se no campo da prova em conjunto com o atleta [REDACTED]
12. Durante esse período, a prova esteve suspensa.
13. O arguido, com o comportamento assumido, impediu o normal desenrolar da competição e provocou a suspensão da prova durante cerca de cinco minutos.
14. O arguido agiu de forma livre, consciente e voluntária, com a intenção de impedir a continuação da prova, bem sabendo que os comportamentos assumidos eram proibidos e punidos pelos regulamentos da Federação Portuguesa de Canoagem.



FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CANOAGEM

15. O arguido não tem antecedentes disciplinares desportivos na modalidade.

3. Fundamentação de facto

Para prova dos factos atrás enunciados, apoiámo-nos, essencialmente, ⁷ no relatório de competição, relatório de largada e tabela de resultado de fls. 4 a 21, que descrevem de modo inequívoco os factos, identificam de forma clara os respectivos autores, neste caso, o arguido, mencionam de forma igualmente inequívoca as circunstâncias de tempo, modo e lugar em que aqueles mesmos actos foram praticados. Podemos assim dar como provada, para além de qualquer dúvida razoável, a factualidade supra descrita, incluindo a factualidade descrita em 15., atentas as máximas da lógica e da razão e as regras da experiência comum.

4. Fundamentação de direito

O arguido vem acusado da prática da prática de infracção disciplinar grave, por violação do disposto na alínea g), do ponto 10.1 do Anexo I do RD, conjugado com o disposto nos pontos 3.4, alínea e), e 5.4.2 do mesmo RD, infracção essa de especial gravidade e punível com sanção de 1 a 3 meses de suspensão de toda a actividade desportiva ou de 1 a 5 provas, segundo qualificação jurídica efectuada pelo Sr. Instrutor.

Entendeu, porém, o Relator, por despacho de 10 de Outubro de 2013, que os factos imputados ao arguido na acusação consubstanciam, não a infracção imputada ao arguido na acusação, mas a prática da infracção disciplinar prevista na parte final da alínea c) do ponto 3.5 do Regulamento de Disciplina da Federação Portuguesa de Canoagem (conjugada com a alínea g) do ponto 10.1 do Anexo I àquele Regulamento), em concurso ideal com a infracção prevista na alínea b) do mesmo ponto 3.5. E isto porque a acusação imputa ao arguido factos que, a serem considerados provados, se destinaram a suspender o início da regata em que o arguido estava inscrito, constituindo, concomitantemente, uma directa desobediência à sanção técnica de desclassificação que lhe havia sido aplicada pela equipa de arbitragem.

A conduta imputada ao arguido constitui, portanto, infracção disciplinar muito grave, não cabendo na hipótese do normativo invocado na acusação. No entanto, e atento o disposto no RD, à infracção disciplinar muito grave é aplicável a mesma moldura, ou seja, a sanção disciplinar de suspensão de 1 a 3 meses ou de 1 a 5 provas.

Nesse sentido, procedendo à alteração da qualificação jurídica dos factos constantes da acusação, o Relator determinou que da mesma fosse dado



FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CANOAGEM

conhecimento ao arguido para, querendo, pronunciar-se sobre a alteração da qualificação jurídica no prazo de cinco dias.

Em resposta a tal notificação de alteração da qualificação jurídica, o arguido respondeu, apresentando requerimento junto aos autos a fls. 55, que aqui se dá por reproduzido.

Vejamos.

Conforme resulta da factualidade provada, no dia 16 de Março de 2013, no Campeonato Regional de Fundo – Norte, realizado em Alpendurada, na categoria de juniores, depois de ter sido advertido duas vezes pela equipa de arbitragem presente na largada para que respeitasse as regras de partida para a competição, o arguido foi desclassificado pelos árbitros presentes na largada. Em acto contínuo à desclassificação imposta, a equipa de arbitragem deu ordem ao arguido para abandonar o campo de regatas de modo a que a competição retomasse o seu normal decurso.

Sucedde, porém, que, não obstante as ordens recebidas, o arguido recusou-se a abandonar o campo de regatas e interpelado novamente pelo árbitro [REDACTED] para desimpedir esse mesmo campo, o arguido disse que não saía do rio e que ninguém o impedia de fazer o que bem quisesse.

Mais ficou provado que, instantes depois, já na companhia do outro atleta entretanto desclassificado, [REDACTED] o arguido dirigiu-se novamente ao árbitro [REDACTED], dizendo-lhe que ia treinar, reiterando deste modo o boicote ao início da regata de que havia sido desclassificado. Dito isto, o arguido ocupou o campo de regatas durante cinco minutos, recreando-se no campo da prova em conjunto com o atleta [REDACTED].

Não há também dúvidas, atenta a prova produzida, que durante esse período, a prova esteve suspensa por acção do arguido.

Vejamos o direito.

Dispõe o ponto 3.4, alínea e), do RD que se considera infracção grave “qualquer outra decorrente da não observância do Código de Conduta (Anexo I), que não seja passível de ser considerada leve ou muito grave”. Prevê assim esta alínea que, em abstracto, o comportamento de “[n]ão observar as ordens ou instruções recebidas dos técnicos ou outra autoridade desportiva, no exercício das suas funções” previsto na alínea g) do ponto 10.1 do Anexo I do RD poderá consubstanciar infracção grave tal como previa a acusação.

Não é esse, contudo, o caso dos factos imputados ao arguido nestes autos. E não o é pela simples razão de que o respectivo comportamento, tal como descrito no relatório de largada e provado nos autos, traduz-se não só numa recusa temporária de



FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CANOAGEM

cumprimento da desclassificação imposta, como, em especial, ~~numa~~ actuação dirigida a impedir o normal desenrolar da competição e a provocar a respectiva suspensão, o que efectivamente veio a suceder durante cerca de cinco minutos.

O comportamento do arguido subsume-se, isso sim, ao disposto na parte final da alínea c) do ponto 3.5 do Regulamento de Disciplina da Federação Portuguesa de Canoagem, conjugada com a alínea g) do ponto 10.1 do Anexo I àquele Regulamento, consubstanciando a prática de infracção disciplinar muito grave, uma vez que o arguido, com a sua conduta, provocou a suspensão da prova durante 5 minutos.

Não há dúvidas que o arguido actuou conhecendo o carácter ilícito da conduta, como, aliás, reconhece na sua defesa. E dúvidas não pode haver também que o fez intencionalmente com o propósito de impedir o desenrolar da prova e provocar a sua suspensão, pois, para além de afirmar perante os árbitros que não saía do rio, o arguido, de seguida, começou a recrear-se no campo de regatas, impedindo o normal desenrolar da prova durante 5 minutos.

O desporto nasce e desenvolve-se tendo por partida e limite as regras desportivas, o respeito pelos adversários, o respeito devido aos árbitros, o *fair play* e a ética na prática desportiva, traduzindo-se estes valores no modelo axiológico mínimo exigível a qualquer agente desportivo.

Estamos, pois, perante factos que devem ser considerados objectivamente ilícitos e que não podem ser tolerados.

O comportamento do arguido integra assim, em especial, o ilícito disciplinar muito grave previsto na parte final da alínea c) do ponto 3.5. do RD "qualquer actuação dirigida a provocar a suspensão da prova" punível com sanção disciplinar de suspensão de 1 a 3 meses ou de 1 a 5 provas, nos termos do ponto 5.4., número 2, do RD.

Os factos são graves e merecem forte juízo de censura e reprovação, não podendo, de modo algum, ser tolerados no âmbito de uma competição desportiva.

Pelo exposto, ponderada a circunstância atenuante de o arguido ser primário, por um lado, e, por outro, a intensidade da culpa (*dolo*), considera-se adequada e suficiente a aplicação ao arguido de sanção disciplinar de suspensão por 1 (uma) prova.

6. Decisão

Nos termos e com os fundamentos expostos, acordam os Membros que constituem o Conselho de Disciplina da Federação Portuguesa de Canoagem em julgar a acusação parcialmente procedente, por provada, e, em consequência, condenar o



FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CANOAGEM

arguido pela prática da infracção disciplinar muito grave prevista na parte final da alínea c) do ponto 3.5 do Regulamento de Disciplina da Federação Portuguesa de Canoagem e punível com sanção disciplinar de suspensão de 1 a 3 meses ou de 1 a 5 provas, nos termos do ponto 5.4., número 2, do RD, determinando-se, em concreto, a aplicação ao arguido da sanção disciplinar de suspensão por 1 (uma) prova.

*

Notifique.

*

Publique-se a deliberação no *site* na internet da Federação Portuguesa de Canoagem, em cumprimento do disposto pelo artigo 8º, n.º 1, al. b), do Decreto-Lei n.º 248-B/2008, de 31 de Dezembro, eliminando-se da publicação todos os dados pessoais relativos ao atleta, designadamente, nome, número de licença federativa e morada.

*

Sem custas, nos termos do ponto 9.8. do Regulamento Disciplinar.

*

Vila Nova de Gaia, 13 de Novembro de 2013